



CODESRIA



CODESRIA

13

ème

**Assemblée générale
General Assembly
Assembleia Geral
الجمع العام الثالث عشر**

**L'Afrique et les défis du XXIème siècle
Africa and the Challenges of the Twenty First Century
A África e os desafios do Século XXI**

إفريقيا وتحديات القرن الواحد والعشرين

**VERSÃO TEMPORARIA
NÃO CITE**

**O Islão e o processo de Literacia no Norte de Moçambique
entre os finais do século XIX e princípios do século XX**

*Chapane Mutiua
Universidade Eduardo Mondlane*

5 - 9 / 12 / 2011

Rabat Maroc / Morocco

Introdução

O presente artigo tem por objectivo estudar o contributo do ensino Islâmico para a formação de uma classe letrada e alfabetizada no norte de Moçambique, entre os finais do século XIX e princípios do século XX. O estudo baseia-se em pesquisas realizadas no Arquivo Histórico de Moçambique no âmbito do projecto sobre os Manuscritos Árabes do Norte de Moçambique, e mostra que a prática de alfabetização e literacia no norte de Moçambique não se circunscreve apenas ao uso do alfabeto latino, embora as estatísticas e abordagens oficiais sobre o fenómeno no país tenham tendência em excluir os utentes do alfabeto árabe que foi e continua a ser difundido através do ensino Islâmico (portanto, religioso), entretanto a sua dimensão sociocultural ultrapassa o fórum religioso, tal como testemunham os diversos manuscritos do acervo do AHM e outros que se encontram em protecção familiar ao longo da costa norte de Moçambique.

Em Moçambique, tomando como ponto de referência o INE¹, define-se alfabetização como sendo o conhecimento ou domínio das habilidades de escrita e leitura em qualquer língua, o que também enquadra o uso da escrita árabe em línguas locais como testemunhado pelos manuscritos acima referenciados. Contudo, é o alfabeto latino, que é oficialmente usado para escrever não só o português mas também várias línguas deste país. E os conceitos de alfabetização e Literacia têm sido usados em referência a este alfabeto. É neste âmbito que todas as campanhas de alfabetização levadas a cabo desde a independência do país têm ignorado quase por completo o alfabeto árabe e os seus utilizadores foram (re) alfabetizados ou considerados analfabetos. Porém, durante o século XIX, uma classe de intelectuais muçulmanos, que liam e escreviam as suas línguas com recurso ao alfabeto árabe, colaborou com administração pré-colonial portuguesa integrados como régulos, capitães-mores, sargentos-mores, línguas do Estado ou intérpretes, elaborando relatórios, correspondências e traduzindo ofícios. Esta situação só se alterou após as Guerras de Ocupação Efectiva nos princípios do século XX. No presente texto procuro descrever as circunstâncias históricas que condicionaram a expansão do ensino islâmico e desse modo do uso do alfabeto árabe na região da África Oriental e no Norte de Moçambique em particular; no ponto seguinte apresento três figuras que representam a classe intelectual e alfabetizada que se formou durante o século XIX, e no fim faço

¹ Instituto Nacional de Estatística

uma tentativa de enquadramento uso do alfabeto árabe nos debates sobre literacia e alfabetização em Moçambique.

Os factores que influenciaram a revolução literária e intelectual Swahili na África Oriental e no Norte de Moçambique durante o século XIX

Durante os anos 1830, Sayyid Sa'id bin Sultan transferiu estrategicamente a sede do seu império para a Ilha de Zanzibar, e a partir dali criou um Estado Centralizado dominando quase toda a África Oriental. Em consequência desta mudança, a cidade de Zanzibar e a região sob o seu domínio conheceu grande crescimento desde então, atraindo mercadores intelectuais islâmicos, que vindos do Sudoeste asiático e do Arquipélago das Comores ocuparam os principais postos da Administração do Estado. No campo social, a o termo *ulungwaana*, que significa civilização em Swahili foi alterado para *ustaarabu* - “assimilar-se aos árabes, tornar-se um árabe, adoptar costumes dos árabes” (Declich, 2001: 47; Khamis, 2001:18; Pouwels, 1987: 3).

Foi a partir dessas pessoas letradas que começou-se a difundir em escala maior o alfabeto árabe. No caso do Norte de Moçambique, onde os Estados da Costa (Tungi, Angoche, por exemplo) funcionavam como satélites de Zanzibar, a quem prestavam uma obediência seja como sede religiosa, cultural, económica e também política, as elites reinantes começaram a mandar seus parentes, filhos, sobrinhos e irmãos para estudar junto dos intelectuais e Álimos sediados em Zanzibar ou nas Comores. Porém, em períodos anteriores ao século XIX, a influência islâmica sobre o norte de Moçambique vinha de mais longe ainda, de Mogadíscio, Quiloa e Mascate (Vilhena, 1905: 19).

Em 1890, estabeleceu-se em Zanzibar um Protectorado Britânico, que catapultou uma série de reformas do qual resultou a criação de novas instituições e a crescente necessidade de mão-de-obra qualificada para suprir os novos cargos públicos. Nesta perspectiva, os britânicos recorreram a estrutura social e intelectual existente, chamando os '*Ulamas*' para várias funções na sua administração. Assim, os *Ulamas* não são apenas 'académicos da corte' com o eram na era anterior, são acima de tudo, um corpo de funcionários civis, integrados num sistema administrativo de cariz ocidental, a administração britânica, e encontraram assim, o seu lugar no espaço colonial como “parceiros activos” (Bang, 2001:59).

O Norte de Moçambique, política e culturalmente integrado desde várias décadas nas dinâmicas do resto da África Oriental, com maior enfoque para Zanzibar e Arquipélago das Comores, também beneficiou directa e indirectamente das mudanças que se vão efectuando em Zanzibar, que desde o estabelecimento da sede Omanita, funcionava como a referência política, cultural e religiosa de quase toda a região. Assim, todo o estilo de vida e as formas de ser e de estar dos árabes-Omanitas de Zanzibar são vistos como o ponto máximo da ‘civilização’ – *Ustaarabu* que inclui a conversão ao Islão, indumentária e arquitectura árabe-Islâmica e escrever e ler com recurso ao alfabeto árabe. É nesta fase, que o Islão e o ensino Islâmico conhecem também seu maior progresso, primeiro na corte e entre as elites políticas e económicas e mais tarde, e principalmente com a chegada das confrarias, atinge aos cidadãos comuns.

Durante esta época, o uso do alfabeto árabe em quase toda a África Oriental, incluindo Norte de Moçambique, é transmitido de pai para filho (Declich, 2001:55-56). Assim, o ensino Islâmico que era o fórum de excelência da transmissão deste conhecimento tornou-se um aspecto de elite, do poder e da alta sociedade com capacidades de fazer viajar seus filhos para as principais Madrassas da região, em Zanzibar, Comores e mesmo dentro do Norte de Moçambique. O ensino islâmico e conseqüentemente o conhecimento e uso do alfabeto árabe circulou no contexto das redes políticas, económicas e fundamentalmente de parentesco, criando uma classe de intelectuais com relações e cumplicidades intrínsecas, seja a nível local assim como regional. É esta classe, que durante a segunda metade do século XIX, num contexto de mudanças políticas, sociais e económicas impostas pelos portugueses em Moçambique, recorrem às suas habilidades intelectuais e literárias (fazer relatórios, cartas, contas registadas e até abaixo assinados) e as suas largas experiências em matéria administrativa, reflexo das suas antigas ligações com Zanzibar e Comores, para ganhar dividendos políticos, económicos e conseguir a sobrevivência da sua classe durante quase todo o século.

Numa pesquisa realizada sob os auspícios do Arquivo Histórico de Moçambique, encontramos um enorme manancial de manuscritos em caracteres árabes. Estas cartas, quase todas datadas da segunda metade do século XIX, foram escritas pelos chefes, reis, sheykhs dos Estados Africanos do Norte de Moçambique e/ou seus escribas e dirigidas aos oficiais militares ou da administração “pré-colonial” naquela região.

Uma análise de alguns destes documentos e seus autores revela a importância do Islão e do ensino Islâmico na criação de uma classe alfabetizada e letrada no Norte de Moçambique, ainda no século XIX (ou mesmo antes), da qual se baseou a tradição literária Swahili moçambicana que apesar de ter atravessado períodos difíceis e de estigmatização social durante a época colonial e nos primeiros anos da independência, resistiu até aos nossos dias.

Aliás, Vasco da Gama (ainda nos finais do século XV e princípios de XVI) socorreu-se desta tradição intelectual nos seus contactos com as comunidades e as elites reinantes na costa de Moçambique, no decurso de sua “viagem a Índia”. Desde essa altura, os portugueses fizeram um amplo uso do alfabeto árabe nas correspondências oficiais e não só, e promoveram a língua Swahili, a principal língua africana da região, ao estatuto de *língua franca*. No século XIX, ainda no processo da implantação da administração colonial e no contexto das “campanhas de ocupação” o uso do alfabeto árabe em línguas locais desenvolveu-se como principal meio de comunicação em correspondências entre os portugueses e estas elites africanas, como atestam os manuscritos árabes do acervo do Arquivo Histórico de Moçambique e outra literatura avulsa ao longo da costa de norte do país. Uma análise de três figuras importantes da época, tais como, Abdulaziz Bin Sultuane Amade, Mwalya de Ancuabe e Boana Chaque Bin Abdulatifo de Quissanga, permite-nos ter uma ideia de como o Islão foi importante na criação desta classe intelectual que explorou as suas habilidades literárias para tomar partido das circunstâncias políticas e económicas que os portugueses começam a impor durante a segunda metade do século XIX.

Abdulaziz Bin Sultuane Amade

Abdulaziz Bin Sultuane Amade foi o último Sultão de Tungi, que se situa na baía de Palma, em Cabo Delgado. Segundo Rafael da Conceição, Abdulaziz era da descendência dos Árabe-Swahilis liderados pelo Sultão Muhammad Yussuf que fundaram a dinastia dos “*Mashirazi*” em Quiwya, vindos de Zanzibar. (Conceição, 2006:70). Muhammad Yussuf era um homem poderoso e muito influente devido às suas ligações políticas e de parentesco com o Imam de Mascate, (Monteiro, 1989:68).

Por causa desse poder e respeito que esta dinastia sedeadada em Quiwya tinha, conseguiu exercer influência sobre uma vasta área que incluía toda a região de Palma e Quionga. Apesar de

existirem textos escritos sobre a fundação e sucessão desta dinastia (como nos informaram durante o trabalho de campo tanto em Quiwya assim como em Quionga), todos os estudos feitos sobre ela se basearam nas fontes orais e por isso apresentam uma disparidade quando a sucessão e extensão da mesma. Rafael da Conceição por exemplo, apresenta duas propostas, uma de sucessão de cinco '*Ma-sultani*', entre eles: sultão Hassan; sultão Mohammad; sultão Andurabe; sultão Aburar; sultão Amurani Aburari e a outra que segundo ele inicia com sultão Yussuf, seguido foi seu próprio filho Assane Yussuf, o terceiro foi Andurabe, filho de Muhammad Yussuf.

Na recolha oral que nós efectuamos em Palma, Quiwya e Quionga, outras versões foram avançadas. Para Nzé Nassoro Momade, antigo régulo da região de Palma, um dos nomes mais sonantes daquele Sultanato foi Muhammad bin Sultuane de Quiwiya, que foi um dos primeiros *warabu* a chegar àquela região, e era avó de Abdulaziz (Abdurabi), que pertenciam a uma família swahíli ou *warabu* que também pode significar árabe (Eastman, 1971:231). Segundo ele, este Abdulaziz é recente. Quando os portugueses chegaram a região lutaram com um *mwarabu* que fugiu para Ilha de Moçambique, e era este Abdulaziz, foi o fim do reinado dos *warabu*² (Eastman, 1971: 228-236) que vivia na ruína que fica em frente a praia de Palma, actualmente quase que abandonada e a servir de lixeira aos dos pescadores e comerciantes locais. Depois que os *warabu* fugiram os portugueses destruíram aquela casa. Foi quando os portugueses conquistaram Tungi e designaram Palma, nessa altura instalou-se um posto de alfândega e funcionou naquela casa, que foi mais tarde também usada pelos portugueses como quartel, no contexto da guerra pela independência. Quanto a origem do último inquilino da casa, Abdulaziz, Nassoro Momade diz que não era de Quiwiya, mas sim de Macongo que fica entre Quiwiya e Palma, ao longo da costa, o que dá a entender que Muhammad bin Sulutuane também seja de lá. Contudo, nas fontes escritas, o nome de Muhammad bin Sulutuane pouco

² Para Eastman *Warabu* (sing. *Mwarabu*), designa um descendente de árabe-persas ou mesmo o próprio árabe-persa, mas pela forma como os nossos entrevistados usam a designar os Sheikhs e Sultões da região durante o século XIX, deve significar o mesmo que *waswahili* (sing. *Mswahili*), que para Eastman, no sentido restrito designa um descendente de árabe-persas (equivalendo por isso ao termo *warabu*) e no sentido mais amplo designa todos os povos falantes da língua kiswahili. Ver Eastman, Carol M. *Who are the Waswahili*. Journal of International African Institute, Vol. 41, N°3, (Jul. 1971), pp. 228-236, uma explicação mais detalhada sobre a origem e organização social dos *Waswahili* pode-se ter também em Vere Allen, James de. *Swahili Origins: Swahili culture and the Shunguaya Phenomenon*. London: James Currey; Nairobi: E.A.E.P.; Athens: Ohio Univesity Press. 1995, (First Published 1993).

aparece, além de Muhammad Yussuf que segundo Monteiro jaz no cemitério antigo de Quiwiya, que se localiza na zona de Maome (Monteiro, 1966:55-56), que segundo os nossos informantes deve ser o Sultão Muhammad bin Hassan, pai de um outro Sultão, Ahmad bin Muhammad bin Hassan, que adiante mencionamos.

Enquanto a discussão sobre a sucessão, extensão e fundação da dinastia dos *Mashirazi* de Quiwiya e Mbwizi ou simplesmente Tungi continua divergindo a todos, há um consenso sobre o último representante daquela, validado pelas próprias fontes escritas existentes. Autores como Conceição (2006), Rzewuski (1991), Pèlissier (1987) e Hafkin (1973) convergem na figura de Abdulaziz como sendo o último Sultão de Tungi e assim sendo o primeiro Capitão Mór daquela região após a integração na administração colonial portuguesa.

Como adiante referimos, Tungi fazia parte da influência política de Zanzibar até aquando da sua invasão em 1877 pelo exército português liderado por Palma Velho. Esta integração ao sistema político e económico de Zanzibar permitiu à elite de Tungi beneficiar-se de uma educação islâmica de alto nível (para aquela época) que era feita dentro das redes políticas, sociais e de parentesco, como Declich (2001) muito bem refere. Isto é sustentado por Nassoro Momade de Palma e Muhammad bun Mwanha de Quiwiya, segundos os quais, quase todos os membros da família dos Masultuane eram letrados e alfabetizados em árabe.

Abdulaziz bun Sultuane Abdurabi (ou Amade como assina em suas cartas) não só sabia ler e escrever usando o alfabeto árabe como também granjeou grandes habilidades políticas, administrativas e diplomáticas que lhe permitiram explorar as pequenas oportunidades que ainda tinha primeiro face a disputa entre os portugueses e o Sultanato de Zanzibar e segundo entre portugueses e ingleses.

A legitimidade do poder deste Sultão não teria sido posta em causa não fossem as guerras intestinas que tinha com o seu irmão. Foram este tipo de problemas que enfraqueceram o poder apesar das insígnias, confiança e apoio transmitidos pelo Sultão Bargash de Zanzibar, e levaram a ruptura da dinastia com a substituição de Abdulaziz por Amade Salimo Anlaue pelos portugueses (Conceição, 2006).

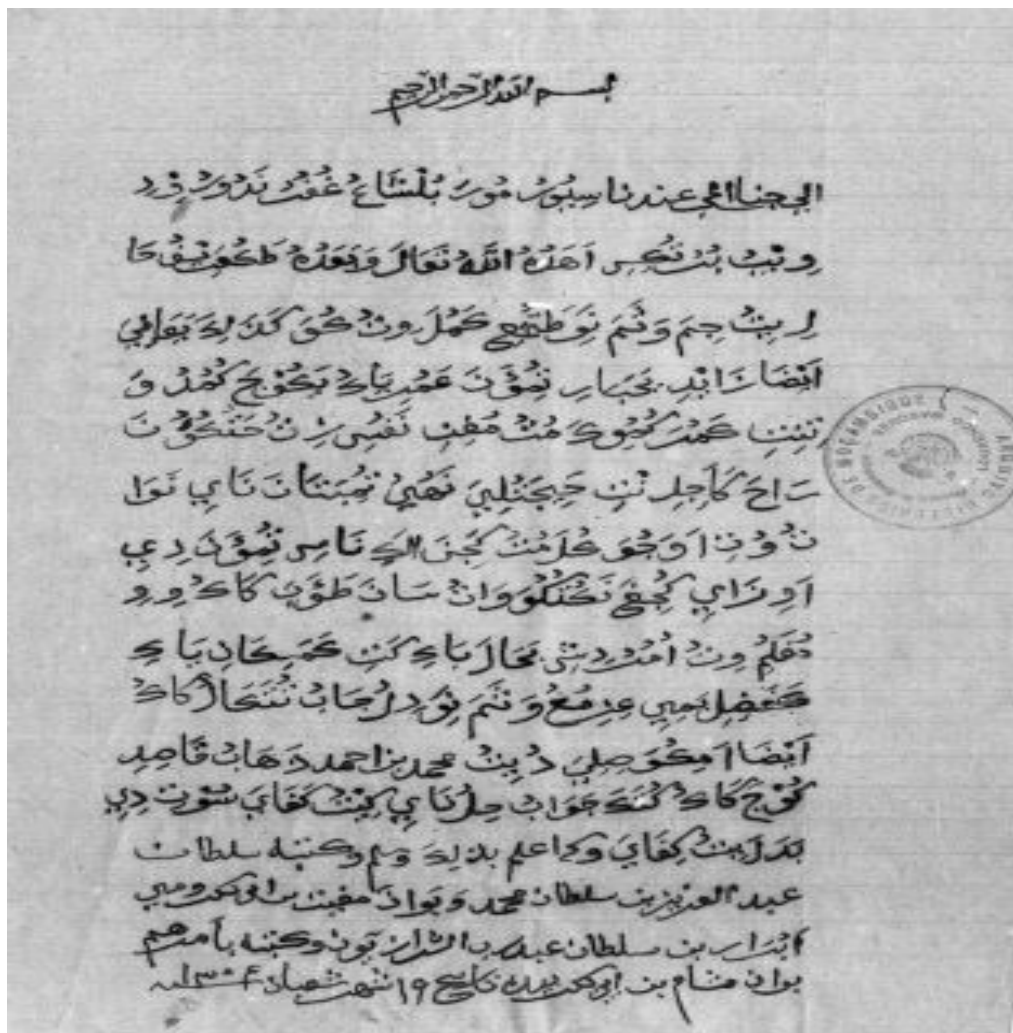
Este episódio que simbolizam a tomada de Tungi pelos portugueses e a conseqüente destruição da dinastia dos *Mashirazi* de Quiwiya situa-se por volta de 1887 (Conceição, 2006: 70-71). E é

testemunhado por um conjunto de cartas feitas pelo Abdulaziz neste ano (ver carta em anexo ou AHM, Fundo do Governo do Distrito de Cabo Delgado, Cx. 11, Maço 2).

O documento acima referido é mais do que uma simples carta, mas sim um ofício que não apenas comunica a chegada de um oficial português na região mas também sugere a manutenção do funcionário substituído devido aos problemas de entendimento e atrasos no desenvolvimento económicos que se vinham acentuando na região, como pode se ler no seguinte extracto da tradução portuguesa deste documento:

“Apareceu aqui outro oficial para render o Senhor Tenente Câmara, que estávamos bem relacionados com ele e sabia a nossa língua e os nossos costumes mas agora vejo que este povo não está contente com este oficial porque o rendido conhecia tudo e todos e eu vejo que ele era melhor para o lado da economia, para construir os edifícios que se pretendem e tratar bem com todos, pelo que, achei de dizer que rogamos a V. Excia como nosso Governador para nos devolver esse nosso tenente Camara...” (AHM, Fundo do Século XIX, Governo do Distrito de Cabo Delgado, Cx. 11, Maço 2- Carta do Capitão Mór de Tungi Abdulaziz bun Sulutuane Amade de 1887).

Fig. 1. Carta do Capitão Mór de Tungi Abdulaziz bun Sulutuane Amade de 1887). Fonte: AHM, Fundo do Governo do Distrito de Cabo Delgado, Cx. 11, Maço 2.



A carta de Abdulaziz revela um homem que sabe usar o alfabeto árabe para ler e escrever expressando os seus sentimentos e desejos. Um homem capaz de usar esse mesmo alfabeto para participar nas decisões políticas dominadas por um grupo de indivíduos estranhos à sua classe. Portanto, um homem não apenas alfabetizado, mas sobretudo letrado, político e com grandes habilidades diplomáticas.

Mwaliya de Montepuez e a influência de Boana Chaque de Quissanga

No acervo do Arquivo Histórico de Moçambique, que atrás mencionamos existem cerca de 22 cartas de Mwaliya, um dos mais destacados chefes, *Mwenes* da região dos aMetto ou Medo, no sul de Cabo Delgado. O ensino islâmico assim como o Islão no norte de Moçambique têm sido associados apenas à região costeira. Neste caso, tal como no caso da Rainha Naguema de Mussoril, dos Chefes Morla e Guarnea de Imbamela sugerem a penetração do ensino islâmico ou talvez do uso do alfabeto árabe para as chefaturas do interior. Nos casos de Morla, Guarnea e da Rainha Naguema não podemos afirmar que se tenham islamizado ou mesmo frequentado o ensino islâmico. Porém, Mwaliya Anankoko que viveu durante a época do último Shaykh Boana Chaque Bin Abdulatifo de Quissanga, é apontado pelas fontes orais como tendo frequentado o ensino Islâmico em Quissanga, onde tinha relações amistosas com o sheikh local.

As relações entre Boana Chaque e Mwaliya estruturam-se no âmbito redes comerciais que durante o século XIX ligavam caravanas que saíam das margens do lago Niassa até a Quissanga e outros portos a norte do Rovuma (Medeiros, 1988). Porém, a importância política de Boana Chaque era ainda muito grande, chegando mesmo a desempenhar o papel de mediador entre os portugueses e os chefes africanos da região que até então resistiam a ocupação colonial, como o caso do próprio Mwaliya (Conceição, 2006: 185).

O poder e a influência do Bwantschaki ou Boana Chaque deve-se fundamentalmente ao facto de ser também nome de uma respeitada dinastia Swahili fundada por Bwana Makassare, o “juíz”, que de acordo com Rafael da Conceição é descendente dos primeiros Shirazis de Quissanga. Segundo o mesmo autor, Boana Chaque é filho de Ndali Makassare, um *Haji* (fez peregrinação a Meca e Medina), e fez os seus estudos corânicos em Mikindani, Tanzânia, tornando-se por isso num grande *sheikh*, e personagem mais influente dos inícios do século XX na região de Quissanga, (Conceição, 2006:81-82).

Por seu turno, Mwaliya era o maior chefe na área dos aMetto, liderando a confederação das chefaturas que controlava as rotas das caravanas de escravos e outras mercadorias que passavam do lago Niassa para os portos do litoral (Günther; Mpalume e Fernando, 1996:13)

O poder e prestígio conquistados explorando tais rotas de caravanas permitiu a Mwaliya sustentar uma resistência anti-portuguesa que só seria totalmente reprimida em 1910. A partir de 1899, quando a Companhia de Niassa instalou o seu primeiro posto militar no território de

Mwaliya, na região de Montepuez, este chefe às vezes considerado Swahili (com o título de sultão) pelos portugueses (Medeiros, 1997:54; ver também AHM, Fundo do Governo do Distrito de Cabo Delgado, Cx. 8, Maço 3 - Cartas do Régulo Mwaliya), fugiu para Balama onde continuou a fazer resistência em forma de guerrilha (Günther; Mpalume e Fernando, 1996:13).

É importante referir que Mwaliya é o nome da dinastia Macua-Medo que reinou entre Montepuez e Balama. Mas o enfoque aqui situa-se na figura de Sultão Mwaliya Muidala ou Midala, que assina cerca duas dezenas de documentos em manuscritos árabes e em língua swahili. Bacar Abudo, régulo Boana Chaque, de Quissanga, salienta que os Mwaliyas tornaram-se amigos íntimos ou *Naville* dos Boana Chaque desde os primeiros contactos que ali tiveram. E um destes Mwaliya, o Muidala que usou o título de Sultão tornou-se mais familiar ainda porque estudou o Alcorão ali em Quissanga, com Buana Mussa Pira. Mussa Pira era um dos mais influentes Sheikhs de Quissanga nos finais do século XIX.

Este Mwaliya, o Muidala, avassalou-se aos portugueses por volta de 1878, tendo o governador lhe concedido nessa altura, um vencimento mensal por ter reconhecido a autoridade portuguesa e como premio por ter conseguido vencer os Mafitis, aliviando os portugueses daquele grupo de guerreiros (AHM. Fundo do Século XIX. Governo do distrito de Cabo Delgado. Cx. 1, Ms. 3, n.179 ver também Medeiros, 1997:69). É no contexto desta vassalagem que integra Mwaliya como régulo na administração portuguesa que se desenvolveu a correspondência que acima referimos.

Entretanto, este termo de vassalagem pode ser visto como uma forma de aliviar a pressão sobre o seu território, uma vez que os portugueses até essa altura dependiam muito da boa vontade dos chefes africanos. E isto pode ser sustentado pelo facto de mais tarde, os sucessores deste Mwaliya, o Mky por exemplo, ter ignorado estes termos e continuado a defender a sua soberania, exigindo o pagamento do tributo pela transição das caravanas pelo seu território, que era a principal fonte de rendimentos da sua corte.

Por outro lado, em todo o conjunto das cartas, seja do Boana Chaque, assim como do Mwaliya Midala, transparecem ideias e formas de pensar de governantes hábeis sob o ponto de vista político e diplomático que sabem explorar e tornar a sua degradante situação política em uma vantagem, e assegurar assim a sua sobrevivência. Também se pode ler a noção de pertença a uma classe, a dos Sultões, de intelectuais islâmicos. Nesta óptica, Mwaliya deixa de usar o título

de Mwene que é habitual em chefaturas Macuas e adota o de sultão, pois ele é muçulmano, sabe ler e escrever com recurso ao alfabeto árabe. Tal como ilustram as imagens dos documentos em fig. 2 e 3.

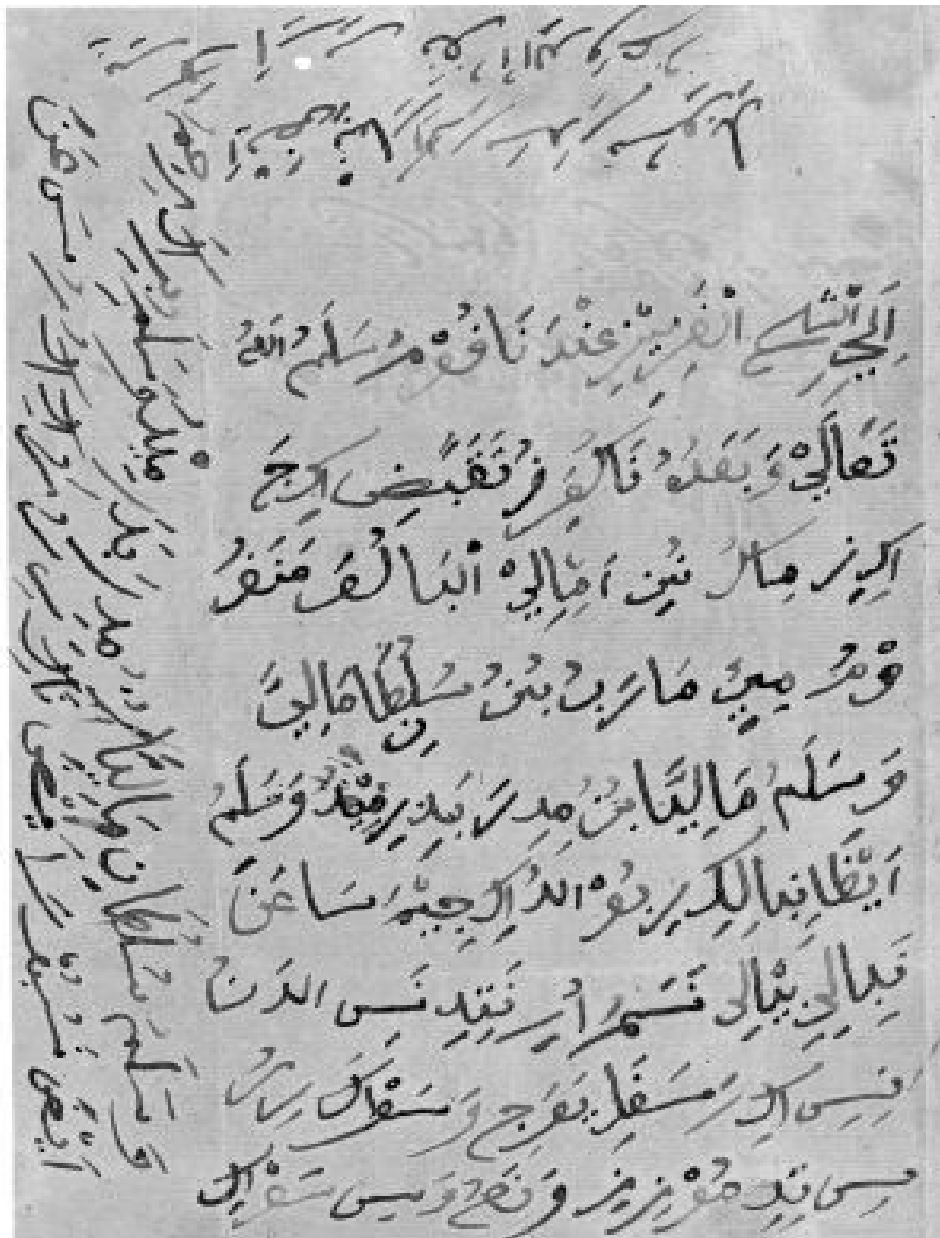


Fig. 2. Carta do Régulo Mwaliya de 1888. Fonte: AHM, Fundo do Governo do Distrito de Cabo Delgado, Cx. 8, Maço 3. Imagem: Departamento de Informática do AHM.

Na carta acima, Mwaliya informa que manda o seu filho entregar uma preta que oferece ao governador e pede que este lhe mande espingardas, manteiga, pólvora, agulhas e outras coisas que em encontros ou correspondências anteriores fora prometido. Por outro lado, esta carta assim como todas que se encontram no acervo do AHM, revelam a existência de uma classe intelectual e letrada durante o século XIX no Norte de Moçambique. Esta classe, e como demonstra o caso de Mwaliya e de muitos outros Sheikhs, sugere-nos um estágio em que o Islão se circunscrevia fundamentalmente às elites políticas que beneficiavam do ensino islâmico por via das redes sociais criadas na base de relações políticas, económicas e parentesco.

Alfabetização e Literacia no Norte de Moçambique

A discussão dos conceitos de alfabetização e literacia começaram a atrair maior atenção a partir dos anos 80, embora na década de 1970, a Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e a Cultura (UNESCO) tivesse já avançado de forma considerável propondo não já a discussão o conceito de literacia para “literacia funcional” (Soares, 2004: 6)

Provavelmente, a proposta da UNESCO tenha sido o ponto de partida para os problemas que se levantariam nos países desenvolvidos e mais tarde nos do Terceiro Mundo. É que embora se tenha procurado definir a literacia como “prática social da leitura e da escrita mais avançadas e mais complexas do que a simples habilidade de escrever” (Soares, 2004: 6), continuou apegado apenas a alguns alfabetos considerados de referência nos diversos países.

Em Moçambique a literacia é vista como “uma variável independente que traz o bem-estar e vantagens económicas” e por isso é considerada algo inserido nas práticas (Buque e Munguambe, s.d: 53) ou habilidades de leitura, escrita e numeração, usadas para aprender a aprender e para satisfazer as necessidades básicas (Mário & Nandja, 2005: 4). Contudo, o conceito operacional para efeitos estatísticos apresentado pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), contradiz-se com o debate dos académicos sobre a literacia. O INE se baseia no conceito de alfabetização segundo o qual, é alfabetizado quem possui capacidade de ler e escrever em qualquer língua (Ver INE. Manual de Conceitos e Definições Estatísticas de Moçambique, 2006, quadro 02. Educação).

O conceito de alfabetismo do INE sugere uma maior amplitude linguística. Contudo, além da diversidade linguística que o país apresenta, há que considerar dois tipos de alfabetos

historicamente e culturalmente enraizados na sociedade moçambicana. Por um lado temos o alfabeto latino, oficial usado para escrever não só o português mas também várias línguas deste país. E o termo alfabetismo e Literacia têm sido usados em referência a este alfabeto. O Alfabeto Latino foi difundido no país a partir da chegada dos portugueses nos finais do século XV e hoje domina por completo todos os sistemas de comunicação e a educação formal em Moçambique. Por outro lado temos o alfabeto árabe, difundido fundamentalmente na região costeira de Moçambique desde os primórdios do Islão na costa Oriental. Este foi o primeiro a ser usado para a escrita das línguas africanas em Moçambique. A partir da segunda metade do século XIX, as sociedades swahilis adequaram o alfabeto árabe para a sua língua, acrescentando símbolos que caracterizam sons inexistentes na língua árabe. Este sistema de escrita é ainda hoje bastante usado nas regiões costeiras das províncias de Nampula e Cabo Delgado e algumas partes do Niassa.

Apesar deste uso, e embora o INE considere que é alfabetizado quem sabe ler e escrever em qualquer língua, o alfabeto árabe não tem merecido a devida consideração, e por isso, maior parte das populações que dominam o seu uso são considerados analfabetos, tal como demonstram os dados estatísticos apresentados pelo INE: a província de Cabo Delgado embora tenha um grande número de populações com grande domínio das habilidades de leitura e escrita com recurso ao alfabeto árabe aparece nos dados estatístico como a província com maior percentagem de analfabetismo, 75% em 1997 e 66,6% em 2007, enquanto Nampula, outra província com maior utilização do alfabeto árabe regista 71,7% em 1997 e 62,3% em 2007 (Fonte: INE-indicadores básicos, Cabo Delgado; disponível em: <http://www.ine.gov.mz>).

Os dados acima podem sugerir que grande parte da população alfabetizada e altamente letrada em línguas locais e com recurso ao alfabeto árabe não tem sido assim considerada. Entretanto, desde a independência do país em 1975, o novo Governo Moçambicano começou a preocupar-se com a problemática de alfabetização. As taxas de analfabetismo na altura situavam-se em 97%. Mário (2002) apud Mário & Nandja dividem em três fases a história da alfabetização em Moçambique, que começam desde a independência do país em 1975 até aos nossos dias (Mário & Nandja, 2005).

Em todas as fases da história da alfabetização do período pós independência importa salientar que os intelectuais locais (quase todos ligados ao Islão e ao Ensino Islâmico), conhecedores e

utilizadores do alfabeto árabe e da literatura escrita swahíli e local eram considerados analfabetos por não saberem ler e escrever em português, e alguns deles foram submetidos aos programas de alfabetização de adultos.

Conclusão

Como adiante referimos, desde a chegada dos primeiros europeus à África Oriental e à costa de Moçambique em particular, a escrita swahíli foi o recurso de comunicação usado entre os povos que aqui se cruzaram. No Norte de Moçambique este uso conheceu maior relevo durante a segunda metade do século XIX no contexto da implantação do Sistema Colonial Português, altura em que quase toda a correspondência entre os oficiais portugueses e os líderes africanos era feita em swahili e escrita com alfabeto árabe. Contudo, a partir de 1895, os mentores das “campanhas de ocupação efectiva” tendo em vista a sua ideologia colonialistas e querendo por isso sustentar a sua supremacia cultural, rejeitaram todos os valores culturais dos povos locais, aos quais consideraram indígenas, selvagens e não civilizados e como tal, seria repugnante usar o swahili e o alfabeto árabe nas correspondências oficiais.

Nesse âmbito, o alfabeto árabe assim como a literacia a ela relacionada foram marginalizados, ou seja, grande parte das populações da região norte de Moçambique que há séculos usava o alfabeto árabe foram considerados analfabetos e iletrados pelos ideólogos do colonialismo português.

A política colonial sobre a alfabetização e literacia em Moçambique teve continuidade nos primeiros anos da independência, pois, a elite política que tomou os rumos do Estado tinham também sido educados e formados no sistema colonial. Assim, para eles o conceito de literacia e alfabetismo continuava o mesmo que o do regime colonial.

Por outro lado, a Frente de Libertação de Moçambique contou com o apoio do Bloco do Leste na guerra de libertação, e dele bebeu a ideologia que seria a base política e social para o Moçambique independente. Assim, e apesar dos grandes esforços empreendidos com vista a combater o analfabetismo, as referências continuaram apegadas ao alfabeto latino, excluindo o alfabeto árabe do espaço público e do debate nacional. Isto resultou da negação da educação tradicional moçambicana, vistos como elementos retrógrados e obscurantistas anti-revolucionários.

Negando-se os valores e a educação tradicional negava-se também e de forma indirecta a tradição literária swahili do norte de Moçambique, primeiro por ser tradicional e segundo por estar directamente ligada com o Islão. Ao se negar a tradição literária swahili do Norte de Moçambique marginalizou-se um sistema de escrita há séculos introduzido e desenvolvido nas línguas locais e muitos moçambicanos que há muito usavam este sistema de escrita foram considerados analfabetos e iletrados.

Referencia Bibliográfica

1. Bang, Anne K. "Intellectuals and Civil Servants; Early 20th century Zanzibar 'Ulama' and the Colonial State". In: Biancamaria Scarcia Amoretti (ed.). *Islam in East Africa: New Sources*. Rome: HERDER, 2001. Pp. 59-98.
2. Buque, Domingos & Munguambe, Alzira. "Situational Analysis of Adult Literacy in Mozambique". In: *Adult Literacy: Putting Southern African Policy and Practice into Perspective*. [S.l.:s.n., s.d.].
3. Brito, Antónia Edna. "Prática Pedagógica Alfabetizadora: a aquisição de língua escrita como processo sociocultural". *Revista Iberoamericana de Educacion*, nº 44/4-10 de Nov. 2007.
4. Conceição, Rafael da. *Cabo Delgado e o subsistema do Oceano Índico ocidental: um exemplo da constituição de uma identidade costeira*. Texto apresentado no V Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Maputo, 1-5 de Setembro de 1998.
5. Conceição, António Rafael da. *Entre o Mar e a terra: Situações identitárias do Norte de Moçambique*. Maputo: Promédia, 2006. (Identidades).
6. Declich, Lorenzo. The Arabic manuscript of the Zanzibar National Archives: sources for the study of popular Islam in the island during the 19th century. In: Biancamaria Scarcia Amoretti (ed.). *Islam in East Africa: New Sources*. Rome: HERDER, 2001. Pp. 47-57.
7. Ferreira, Eduardo de Sousa. *O fim de uma Era: o colonialismo português em África*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1977.
8. Gunther, Christian; Mpalume, Estevão; Fernando, Helena. *Autoridades Tradicionais no Sul de Cabo Delgado: o caso da dinastias Matiko*. Pemba: ARPAC, Junho de 1996.

9. Gómez, Miguel Buendia. *Educação Moçambicana: História de um processo, 1962-1984*. Maputo: Imprensa Universitária, 1999.
10. INE. *Manual de Conceitos e Definições Estatísticas de Moçambique*. Maputo: INE, 2006.
11. INDE-MINED. *Plano Curricular do Ensino Básico: objectivos, políticas, estrutura, plano de estudos e estratégias de implementação*. Maputo, 2003.
12. João, Benedito Brito. "Factores de reorganização das chefaturas no Norte de Nampula e Sul de Cabo delgado na Segunda metade do Século XIX". *Arquivo*, 14, Maputo, Outubro de 1993. Pp. 175-184.
13. Khamis, K. S. "The Zanzibar National Archives". In: Biancamaria Scarcia Amoretti (ed.). *Islam in East Africa: New Sources*. Rome: HERDER, 2001. pp. 17-25.
14. Lei nº 10/88, de 22 de Dezembro (Protecção do Património Cultural). In: Boletim da República, I Série, nº 5.
15. Mário, Mouzinho & Nandja, Deborah. *Alfabetização em Moçambique: desafios da educação para todos*. Background Paper Prepared for Education for All Global Monitoring Report 2006. UNESCO, 2005.
16. MINED-INDE. *Plano Curricular do Ensino Secundário Geral (PCESG) – Documento Orientador, Objectivos, Política, Estrutura, Plano de Estudos e Estratégias de Implementação*. Maputo: MINED, 2007.
17. Medeiros, Eduardo. *História de Cabo Delgado e Niassa (c. 1836-1929)*. Maputo, 1997.
18. Medeiros, Eduardo. *A Chefatura dos Megama do Chiúre: Contexto económico e político da sua instalação*. [S.l.: s.n., s.d.]. (Não publicado).
19. Mondlane, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Lisboa: Sá da Costa, 1977.
20. REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE. MINED. *Sistema Nacional de Educação: Linhas Gerais e Lei nº 4/83*. Maputo: MINED, 1983.
21. Monteiro, Amaro. *Pesquisas arqueológicas de Kiuya, M'buezi e Quisiva*. **Monumenta**, 2, 1966:
22. Rzewuski, Eugenius. *Mothertongue/father tongueconvergence: ou swahilization and deswahilization in Mozambique*. In: DOW, James R. & STOLZ, Thomas. **Akten des 7. Essener Kolloquiums uber "Minoritatensprachen/Sprachminoritaten**. Universidade de

- Essen, 14-17 de Junho de 1990. Editado pela Universtatsverlag, Dr. N. Brockmeyer, Bochun, 1991.
23. Soares, Magda. "Letramento e alfabetização: as muitas facetas". In: Revista Brasileira de Educação. Jan./Fev./Mar./Abr. 2004. Pp. 5-
 24. Trimingham, J. Spencer. Islam in East Africa. Oxford: Clarendon Press, 1971.
 25. Vilhena, Ernesto Jardim de. A Companhia do Nyassa: Relatórios e Memórias sobre os Territórios. Lisboa: A Editora, 1905.